

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012

1

Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007	Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012	Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015	Emendas nº 1 – CAS (Substitutivo)
	Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que <i>dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980</i> , para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.		Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para garantir aos motoristas profissionais programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:		O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º A <u>Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007</u> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A :		Art. 1º O <u>art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015</u> , passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos :
		Art. 2º São direitos dos motoristas profissionais de que trata esta Lei, sem prejuízo de outros previstos em leis específicas:	“Art. 2º
	 c) ter benefício de seguro de contratação obrigatória assegurado e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral referentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
			§ 1º O direito previsto no <u>inciso IV</u> do caput inclui o de contar com programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012

2

Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007	Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012	Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015	Emendas nº 1 – CAS (Substitutivo)
			§ 2º As diretrizes, a periodicidade e o escopo da avaliação de saúde referida no § 1º devem estar previstos em regulamento e levar em consideração as determinações dos arts. 2º, II e IV , 3º, 5º, 13 e 19 desta Lei, do art. 235-B, VII e parágrafo único, do DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 , e do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 .
			§ 3º Nos casos em que julgar necessário, o regulamento deve prever mecanismos para tornar compulsória a submissão do motorista profissional à avaliação periódica de saúde prevista no § 1º. (NR)”
Art. 3º O processo de inscrição e cassação do registro bem como a documentação exigida para o RNTR-C serão regulamentados pela ANTT.			
	“Art. 3º-A A manutenção da inscrição do TAC no RNTR-C é condicionada à submissão do trabalhador a avaliação de saúde, com periodicidade anual, no âmbito de um programa de controle médico de saúde ocupacional.		
	<i>Parágrafo único.</i> As ações de saúde de que trata o <i>caput</i> serão especificadas em regulamento e conduzidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na forma do art. 6º, I, c da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 .”		



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012

3

Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007	Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012	Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015	Emendas nº 1 – CAS (Substitutivo)
Art. 4º O contrato a ser celebrado entre a ETC e o TAC ou entre o dono ou embarcador da carga e o TAC definirá a forma de prestação de serviço desse último, como agregado ou independente.			
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.		Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

